

## **ANÁLISE COMPARATIVA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM PERNAMBUCO E ALAGOAS**

**MARTA DA SILVEIRA LUEDEMANN<sup>1</sup>**  
**DOMINGOS SÁVIO CORRÊA<sup>2</sup>**  
**ZENO SOARES CROCETTI<sup>3</sup>**

### **1- INTRODUÇÃO**

A formação histórica de Pernambuco e Alagoas tem a mesma gênese, porém os fatores sociais e naturais os tornaram particularmente distintos. A primeira vista, a herança que preserva as afinidades entre ambos se funda na contiguidade das terras consideradas à Capitania Hereditária de Pernambuco (inicialmente Nova Lusitânia). Todavia, a semelhança física, considerada toda a sua relevância, apenas permitiu que o programa do capitão-donatário e governador Duarte Coelho (1534-1554) fosse disseminado pelo território da capitania, do Rio Igarauçu ao Rio São Francisco. Nesses vinte primeiros anos, Duarte Coelho planejou e construiu as bases econômicas e sociais que perduraram por séculos: a agroindústria canvieira assentada no latifúndio agroexportador escravista e na superestrutura feudal.

Com a rápida adaptação da cana-de-açúcar ao clima tropical úmido e os solos massapé e argilosos, os engenhos se irradiaram pelo litoral a partir de Olinda, para Penedo, nas margens do São Francisco, para o norte, até Goiana, posteriormente difundiram-se pela Paraíba e Rio Grande do Norte e, no extremo oposto, se fixaram no recôncavo baiano. Assim, os canaviais ocuparam as várzeas dos rios perenes na zona da mata, permitindo certa interiorização, como demonstrou Manuel Correia de Andrade.

A presença holandesa imprimiu marcas na capitania de Pernambuco através da concepção urbanística e do traçado das ruas de Recife (a Mauristaad), porém foi a sua ausência que mais alterou o curso socioeconômico do nordeste. A produção de açúcar havia erguido uma hinterlândia complexa, cujos engenhos por vezes coincidiam com povoados, propiciando a Pernambuco alçar o status de mais rica capitania da Colônia no

---

<sup>1</sup> Professora Adjunto do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Alagoas, Campus Maceió. E-mail: martaluedemann@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Alagoas, Campus Maceió. E-mail: savio-correa@uol.com.br

<sup>3</sup> Professor Adjunto do Curso de Geografia, da Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão (Delmiro Gouveia). E-mail: geocrocetti@gmail.com

início do século XVII. Nesse período, inicia-se a exploração açucareira em Porto Calvo (norte de Alagoas) até atingir Penedo (ao sul) na segunda metade do século. Mas a expulsão dos holandeses, em 1654, e seu conseqüente sucesso na transferência da produção açucareira para as Antilhas promoveu a estagnação da economia pernambucana. Desde então, as oligarquias buscam alternativas de sobrevivência, ora alterando as formas de exploração do trabalho (da escravidão para as formas tributárias), ora buscando outras de atividades econômicas (cotonicultura, pecuária). Destarte, a pecuária limitada pelo alto sertão e a mata gestou uma hinterlândia de povoados rarefeitos que seriam posteriormente dinamizados pelas feiras de gado e mascates dispersas entre caminhos e entroncamentos de acesso ao litoral. Nesse contexto, o açúcar e o gado forjaram duas oligarquias que desde o século XVIII disputam entre si a hegemonia política no nordeste.

A forte retração da economia açucareira de Pernambuco, no século XVIII estava limitada pela produção caribenha, pela exploração das jazidas de ouro e prata em Minas Gerais (Guerra dos Emboabas) e pela ascensão do comércio import/export controlado por portugueses (Guerra dos Mascates). Na zona da mata e nas cidades portuárias/litorâneas concentrava-se a população nos engenhos, de onde surgiram as primeiras aglomerações urbanas, cujas externalidades decorrentes da economia açucareira (canais de exportação e experiência agroindustrial) deram as bases para a produção de algodão (sertão) e seu beneficiamento (litoral), estimulada também pela demanda externa.

Em 1817, as oligarquias alagoanas seguem vitoriosas no pleito separatista, constituindo uma nova capitania com três núcleos urbanos: Porto Calvo, Alagoas (atual Marechal Deodoro) e Penedo. Este último com caráter progressista nas relações de trabalho assalariado, sendo o principal porto fluvial do Rio São Francisco, de onde a economia se diversificou em pequenas fábricas de bens de consumo, conseguiu prosperar até a instituição das ferrovias e rodovias. Assim, a indústria têxtil surgida nas cidades litorâneas, principalmente de Recife e Maceió, alcançou no início do século XX o sertão, com a fábrica de molde paternalista de Delmiro Gouveia.

Até o século XX os governos de Pernambuco e Alagoas pouco investiram em políticas públicas, o sanitarismo em áreas urbanas privilegiadas. A sociedade escravista do litoral e tributária no interior concebia os trabalhadores como parte do patrimônio e desta maneira a política e a economia se fundiram no patrimonialismo. Sem fortes estímulos do capitalismo, como se verificou com a presença dos imigrantes europeus no sul e sudeste do país, apenas a ideologia liberal instigou intelectuais e parte da elite pernambucana.

<http://www.enanpege.ggf.br>

Os flagelos da seca do sertão nordestino já formavam correntes migratórias desde 1692 em direção a Minas Gerais, mas no decorrer dos séculos XVIII e XIX se ampliaram em contínuos fluxos em direção ao litoral e ao sudeste brasileiro. Passados 12 anos da seca de 1844-45, a pedido de Dom Pedro II, foi enviado ao Nordeste a Comissão Científica de Exploração, que resultou em recomendações de criação de açudes, estradas e a ligação entre os rios São Francisco e Jaguaribe. Mas será na Grande Seca de 1877-79, com a morte de quase 900 mil pessoas, que o problema da seca no nordeste passa a ser pauta de diretrizes nacionais. Em 1909 foi criado o primeiro órgão responsável pela política de convivência com a seca, o IOCS, e em 1945 foi reformulado criando-se o DNOCS, para a construção de obras de combate à seca. Nesse mesmo ano, o Governo Vargas cria por decreto a CHESF, a partir da hidrelétrica criada por Delmiro Gouveia no Rio São Francisco (Angiquinhos) para explorar o potencial energético, e em 1948 cria a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) tendo como modelo o Tennessee Valley Authority (EUA), explorando o potencial energético, de navegação e irrigação. O complexo de nove hidrelétricas associadas aos estados de Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais foi construído nas décadas de 1950 a 1970. Em 1952, o governo Vargas criou o Banco do Nordeste Brasileiro (BNB) com a perspectiva de atender as demandas de produtivas e de infraestrutura na região. Em 1958, durante o governo Kubitschek, o planejamento estatal investe no planejamento regional, na perspectiva de elevar o padrão de vida dos trabalhadores urbanos e rurais do Nordeste criando o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e a SUDENE. Entre 1909 e 1950 foram construídos 117 açudes públicos e 317 açudes particulares.

As políticas de modernização das relações de trabalho, promovidas nos governos Vargas e aprofundadas por Kubitschek, permitiram inicialmente conquistas em saúde, educação, infraestrutura urbana. Por outro lado, a incorporação de representantes das oligarquias às instituições de fomento e desenvolvimento promoveram forte retrocesso, incorporando o público no privado de maneira que os princípios da redução da desigualdade social, inerentes ao planejamento regional, transformaram-se em fator de aprofundamento das contradições sociais, consolidando a denominada indústria da seca.

Em Alagoas, a eleição de Muniz Falcão para governador do estado, impulsionado pelo trabalhismo, promoveu o impeachment do governador e a morte de um deputado, devido às políticas assistencialistas que exigiam o aumento de 5% dos impostos dos

usineiros para ampliar o acesso à saúde e ao ensino público e gratuito. As disputas entre as oligarquias do gado e do açúcar também renderam crises sociais graves.

As mudanças na estrutura social do nordeste apresentam-se lentamente, se comparadas com o desenvolvimento da indústria moderna no sudeste e sul do País. São intervenções exógenas que alteram o quadro e causam pequenas modificações. Ainda assim, Pernambuco na metade do século XX apresenta condições muito diferentes do padrão da política patrimonialista típica. Os governos progressistas de Barbosa Lima Sobrinho (1948) e Miguel Arraes (1962; 1982 e 1994), criaram meios para políticas públicas sociais, baseadas no princípio do acesso de bens e serviços à população carente. No outro extremo, em Petrolina, Nilo Coelho, que virá a ser senador, promove projetos de irrigação, planeja e constrói o novo perímetro urbano. Em Pernambuco, a crise do açúcar estancou as elites, obrigando-as a buscar novas alternativas para crescimento econômico.

Alagoas, ao contrário, se vê na segunda metade do século XX explorando os tabuleiros na nova fase da exploração canavieira. A economia observa a forte concentração de renda e terras em números reduzidos de famílias, e a política acentua as contradições seculares. Apenas as adutoras foram fundamentais no abastecimento de água urbana doméstica nas regiões do semiárido.

Nos anos 1970, apenas a Bahia recebe grandes investimentos públicos, notadamente da Petrobras no Recôncavo Baiano e setor portuário. Pernambuco por sua vez, amargou o período da ditadura e as duas décadas perdidas com apenas o investimento estadual no porto de Suape (1973). A partir dos anos 2000 iniciam-se os incentivos à modernização da economia pernambucana com: superporto (SUAPE), refinaria de petróleo, estaleiros, siderúrgica, complexo farmacêutico, complexo têxtil, complexo automotivo.

Em Alagoas, o forte déficit do estado e as políticas de abrandamento de dívidas e principalmente a exoneração de impostos dos usineiros criou um caos econômico e político, criando momentos de ingovernabilidade (1997) pela ausência de recursos do estado. Nos anos 2000, as políticas emergenciais do governo federal ampliaram a atuação nas políticas de contenção da migração campo-cidade, através de cobertura social (previdência e bolsa família), ampliação do uso de cisternas, *molhação*, áreas de irrigação como o canal do sertão. Também a construção civil estimulada pelo acesso facilitado à casa própria vem colaborando com a incorporação dos trabalhadores das classes menos favorecidas ao

mercado de trabalho. O comércio de baixa renda tem estimulado a cadeia de fornecimento da pequena unidade produtora, também incorporando trabalhadores no circuito inferior e ao mesmo tempo, criando condições para a transferência destes para o circuito superior. As cidades de Arapiraca e Caruaru vivenciam os efeitos da dinâmica das feiras na indústria nascente, com rápida transformação nas condições de vida dos trabalhadores.

## **2. ASPECTOS SOCIAIS E O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA**

Com uma área de aproximadamente 1.539.000 km<sup>2</sup> (18% do território do País), a região nordeste é formada por nove estados e constituída por uma população de 45 milhões de habitantes (29% do total nacional).

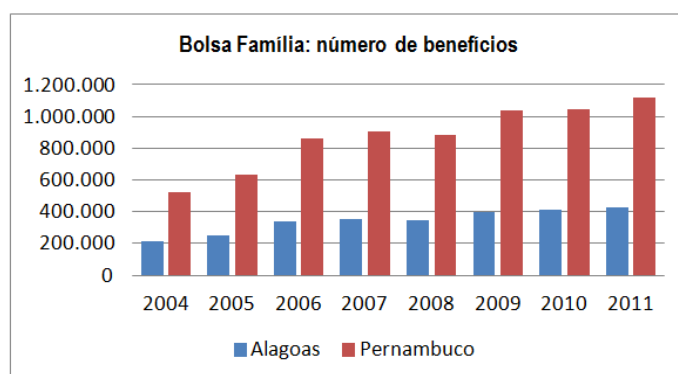
A população de Pernambuco é composta por 8,8 milhões de habitantes (4,6% da população brasileira e 16,3% da população nordestina), enquanto a população de Alagoas é constituída por 3,2 milhões de habitantes (1,6% da população brasileira e 5,9% da população nordestina). Enquanto a área de Pernambuco é de 98.312 km<sup>2</sup>, Alagoas totaliza 27.767 km<sup>2</sup>.

Em Pernambuco, mais de 22% da população vive nas zonas rurais de seus municípios, percentual inferior ao da região nordeste (27,3%), mas acima da média nacional (15,6%); em Alagoas, ao contrário, mais de 32% da população vive nas zonas rurais, sendo este percentual superior ao apresentado pela região e também superior à média nacional.

Conforme a evolução da população, a taxa de crescimento média para o Estado de Pernambuco foi de 12,1, enquanto para Alagoas esse mesmo índice alcançou 15,9 no período 1980-2010, taxa superior à média apresentada pela região Nordeste em igual período (14,5).

As políticas públicas de cunho social, exemplificadas pelos programas “Bolsa Família” e “Minha Casa, Minha Vida”, associadas à política de valorização do salário mínimo e outras formas de transferência de renda, integradas a uma política econômica que optou por priorizar aportes em infraestrutura tanto nos Programas de Aceleração do Crescimento (I e II), nas obras para a Copa e nos investimentos da Petrobras, entre outros, redundaram em aumento do investimento na região Nordeste e dinamizaram de forma evidente a economia regional vista como um todo (GOMES, 2011).

Gráfico 1:



Fonte: [ipeadata](http://ipeadata.gov.br), 2013.

Ainda assim, em Alagoas aproximadamente 62% da população é considerada pobre (Radar Social/IPEA, *apud* CARVALHO, 2012) sendo que mais da metade dos habitantes do Estado são beneficiados pelo Programa Bolsa Família. Comparando com os demais Estados do Nordeste, Alagoas exibe a terceira menor renda per capita da região, aproximadamente 40% da renda média nacional, cerca de 20% inferior que a média nordestina. Dessa forma, Alagoas seria o Estado mais pobre e mais desigual do Brasil (CARVALHO, 2012). De acordo com o IPEA, em 2004 foram destinados à região Nordeste, através do PBF, R\$ 234.533.410,00, enquanto em 2011 o total destinado à região foi da ordem de R\$ 823.668.180,00.

Se observarmos o ranking do IDH, comparando o período 1991-2005, constatamos que houve um pequeno avanço, mas enquanto Pernambuco ocupa o 23º lugar em 2005, Alagoas aparece em 27º. Mesmo com o mencionado dinamismo econômico apresentado pela região Nordeste, conclui-se que Alagoas apresenta muitos dados contraproducentes para sua economia e sua sociedade.

No período 2002-2009, a evolução do PIB *per capita* (a preços correntes) dobrou nos dois Estados. Ainda assim, diversos indicadores apontam para significativas desigualdades, tanto em relação a outras unidades da Federação, mas principalmente no interior da própria região, conforme demonstra a tabela apresentada a seguir:

**Tabela 1: Comparação de indicadores**

| INDICADORES                                    | BRASIL | NORDESTE | PE     | AL     |
|--|--------|----------|--------|--------|
| Extrema pobreza                                | 5,16   | 10,99    | 11,51  | 15,32  |
| Renda domiciliar per capita                    | 631,71 | 395,48   | 390,26 | 338,32 |
| Índice de Gini                                 | 54,01  | 55,68    | 55,26  | 56,93  |
| Mortalidade infantil                           | 20,0   | 28,70    | 29,20  | 41,20  |
| Taxa de homicídios masculina                   | 94,30  | 108,60   | 207,80 | 234,80 |
| Desemprego                                     | 8,16   | 8,90     | 12,23  | 10,18  |
| Taxa de analfabetismo                          | 9,70   | 18,70    | 17,60  | 24,72  |
| Número médio de anos de estudos                | 7,55   | 6,34     | 6,63   | 5,67   |
| Extrema pobreza (rural)                        | 12,64  | 20,44    | 22,25  | 27,05  |
| Renda domiciliar per capita (rural)            | 314,25 | 208,52   | 193,29 | 174,84 |
| Índice de Gini (rural)                         | 49,02  | 46,32    | 44,69  | 48,15  |
| Rendimento médio do trabalho (salário) (rural) | 625,45 | 388,32   | 370,65 | 425,23 |
| Taxa de analfabetismo (15 anos ou +) (rural)   | 22,77  | 32,62    | 33,31  | 37,88  |

Fonte: IPEA, 2012.

A ressaltar na tabela o índice de extrema pobreza, acima da média regional tanto para Pernambuco mas principalmente para Alagoas; a renda domiciliar *per capita* abaixo da média regional e muito inferior à média do Brasil. Da mesma forma, o índice de mortalidade infantil, que tem apresentado uma tendência nacional de queda, mas em Alagoas ainda representa o dobro da média do Brasil. Por outro lado, a taxa de homicídios tende a aumentar em Alagoas e transformou Maceió na capital mais violenta do País. Outros índices também apresentam um retrato cruel da profunda desigualdade socioeconômica alagoana.

As questões que se colocam, portanto, referem-se à permanência da extrema desigualdade social apresentada no interior da região, em que pese a sobressaída dinâmica da economia regional, cuja participação no PIB do País tem se destacado, com alguns Estados crescendo mais que a média nacional e por vezes crescendo mais que a região Sudeste e mesmo São Paulo (MAMIGONIAN, 2008).

Alagoas é um dos Estados que mais se beneficia com o Programa Bolsa Família: em 2012 foram destinados ao Estado o equivalente a R\$ 63,5 milhões (para 433.131 famílias em 102 municípios). Para o Estado de Pernambuco foram destinados R\$ 242 milhões (para 1.143.110 famílias distribuídas por 185 municípios). No caso de Alagoas, essa quantia é bastante significativa. Basta dizer que é um montante superior àquele propiciado pelo corte de cana, relacionado a um dos setores mais importantes da economia do Estado, o setor sucroalcooleiro (sem desconsiderar que o salário pago ao cortador de cana em Alagoas é o mais baixo do Brasil).

A elite política alagoana “nunca se preocupou em possuir um projeto sério” com vistas a “reduzir sua dependência dos recursos da União” tanto para a distribuição da renda como maior promoção social. Posto dessa forma, “o quadro de miséria e pobreza sempre <http://www.enanpege.ggf.br>

esteve presente no interior da maior parte de sua população” (LIRA, 1997, p. 17), bem como a visão dessa elite política é refratária às mudanças em andamento “no Brasil e no mundo, na produção e na comercialização de bens e serviços, nas relações de trabalho, na promoção social e no desenvolvimento humano” (LIRA, 1997, p. 20).

### **3. O CANAL DO SERTÃO**

Os ciclos de energia física, química e biológica que produzem ou conservam as diferentes formas de vida nos ecossistemas naturais da Terra, em geral, e nos contextos antrópicos, em particular, estão intimamente ligados ao *ciclo das águas*. Entretanto, a ocorrência de secas ou enchentes em área onde não mora ninguém ou que não constitui objeto de vantagens socioeconômicas e políticas não passa de um fenômeno físico.

No semiárido brasileiro, tem ocorrido uma drástica redução da sustentabilidade da população, devido às condições climáticas, ao uso e ocupação do solo e a imprópria exploração dos recursos naturais. A gravidade da situação decorre dos fatores que impactam os ecossistemas cada vez mais fragilizados pelo efeito cumulativo da destruição do ambiente e da perda da capacidade de recomposição. O principal movimento de destruição ocorre sobre a camada superficial dos solos, afetando os recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

A quantidade de água precipitada, somada às águas de superfície, principalmente dos rios São Francisco e Parnaíba, e às águas de subsolo, faz com o que a região seja perfeitamente viável para a vida humana. Entretanto, a infraestrutura de armazenamento da água de chuva, construída ao longo de séculos, é capaz de armazenar apenas 36 bilhões de metros cúbicos. Aproximadamente 720 bilhões de metros cúbicos são desperdiçados por ano.

A economia do semiárido tem operado à margem de um sistema educativo precário, com índices de analfabetismo entre os mais altos da América Latina. Torna-se necessário a formulação de planos de aproveitamento dos recursos naturais, contemplando o desenvolvimento e as transformações socioeconômicas e ambientais produzidas.

Esse processo envolve a necessidade de conciliação da eficiência econômica, da equidade social, da liberdade política e da preservação ambiental, integrados na evolução social que garanta, sobretudo, que as mesmas oportunidades dos recursos naturais renováveis, dos recursos humanos, da autogestão dos negócios, da dignidade e da cidadania, estarão preservadas para as gerações futuras. (CODEVASF).

<http://www.enanpege.ggf.br>



Em 1998 a CODEVASF iniciou os Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Integrado dos Recursos Hídricos em Alagoas que deveria compreender um empreendimento que procurasse minimizar os problemas de uma das áreas do semiárido nordestino com os piores indicadores socioeconômicos do País. Entre essas iniciativas associada a outros órgãos e secretárias está o Canal do Sertão.

Nossa interpretação recusa o determinismo físico-climático que tem servido de justificativa à cultura da *crise da água* no Mundo ou no Brasil, bem como a *cultura da seca* na região Nordeste. As condições físico-climáticas que predominam na região Nordeste do Brasil podem, relativamente, dificultar a vida, exigir maior empenho e maior racionalidade na gestão dos recursos naturais em geral e da água, em particular, mas não podem ser responsabilizadas pelo quadro de pobreza amplamente manipulado e sofridamente tolerado. Deste modo, o que mais falta no semiárido do Nordeste brasileiro não é água, mas determinado padrão cultural que agregue confiança e melhore a eficiência das organizações públicas e privadas envolvidas no negócio da água.

Os três trechos do Canal, ou seja, o setor de captação e o canal de aproximação; a estação elevatória de água bruta (casa de bombas); o marco zero do Canal do Sertão; a tomada d'água um e a comporta quatro; o canal retangular cinco; e a ponte canal sete e o túnel Mandacaru.

A tomada d'água está localizada no reservatório de Moxotó, no povoado São José, em Delmiro Gouveia e é o único sistema de bombeamento em todo o percurso, pois a água desce por gravidade por um canal de 15 metros de largura e quase três metros de profundidade, acarretando uma economia de energia e água mais barata.



Alexandre Barros informou que ao longo do trajeto, as comportas vão diminuir a velocidade da água e regular os níveis nos reservatórios. “Além disso, em pontos determinados, terão pontes para a passagem de animais, pedestres e veículos”.

O Canal vai levar água potável para a população sertaneja, tanto para consumo humano como para irrigação do plantio e criação de animais.

- 1) O trecho um, que vai do km 0 ao 45, já foi executado e entrou em funcionamento a partir de março de 2013; embora tenha ocorrido problemas com o bombeamento, as instalações de energias não eram adequadas, fato que está sendo corrigido para o pleno funcionamento do sistema;
- 2) O trecho dois (km 45 ao 64) já tem 70% da obra executada e tem previsão de entrega para dezembro de 2013;
- 3) O trecho três (km 64 ao 93) estará pronto até o final de 2014 e já tem um terço de recursos garantidos segundo fontes oficiais.

Paralelamente a construção do Canal, serão desenvolvidas ações ambientais e de segurança. Com relação ao meio ambiente, foi feito um georreferenciamento das áreas que foram desmatadas ou escavadas para a implantação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (Prad). O Canal do Sertão hoje integra o Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC). Alexandre Barros é superintendente de Infraestrutura Hídrica e Projetos Especiais da Seinfra e gerente do projeto.

Síntese dos investimentos federais de combate à seca em Alagoas 2012/13.

Seca 2012/2013 cerca de 10 milhões de atingidos em 1400 municípios, só em alagoas são 476 mil pessoas atingidas em 44 municípios. O governo federal liberou recursos para:

- 200 carros pipas que atendem a 187 mil pessoas;
- Bolsa estiagem atende a 32 mil beneficiários;
- 10 milhões liberados para o programa Garantia de Safra atende 20,7 mil agricultores em 30 municípios;
- 15 milhões de reais para o Programa de socorro e assistência, auxílio a seca de serviços essenciais,
- 2,3 milhões liberados para perfurações de poços e recuperação de poços antigos;
- 11 milhões na linha emergencial de crédito, financiamento pelo FNE de um total de 18 milhões em créditos;
- 22 mil cisternas instaladas, irrigação, abastecimento e barreiros, no programa Água para Todos.

### **Referencias bibliográficas**

- Agência Brasil. Disponível em: «<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-04-23/atingidos-pela-seca-nordeste-terao-linha-de-credito-especial>». Acessado dia 24/04/2013
- ANDRADE, A. C. de. **Secas e irrigação pública no nordeste do Brasil**. São Paulo: FFLCH/USP, 2007. Tese de Doutorado em história econômica.
- ANDRADE, M. C. de. **Formação territorial e econômica do Brasil**. Recife: FJN, Massangana, 2007.
- ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no nordeste**. S. Paulo: Brasiliense, s/d.
- BARROS, T. T. de, PIMENTEL, I. M<sup>a</sup> C. e VIEIRA, L. L. de A. A Futura Oferta de Água Pelo Canal do Sertão Alagoano. **IX Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste**. 2012.
- CARVALHO, C. P. de. **Análise da Reestruturação Produtiva da Agroindústria Sucrialcooleira Alagoana**. Maceió: Edufal, 2001.
- CARVALHO, C. P. de. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas**. Maceió: Edufal, 2012.

- GOMES, F. G. A inserção da economia alagoana na recente dinâmica de crescimento regional. **Economia Política do Desenvolvimento**, Maceió, vol. 4, n. 10, jan-abr 2011.
- GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. R. de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- IPEA. Situação social nos estados: Alagoas. Brasília: IPEA, 2012.
- IPEA. Situação social nos estados: Pernambuco. Brasília: IPEA, 2012.
- LIRA, F. J. de. **Crise, privilégio e pobreza**. Maceió: Edufal, 1997.
- MAMIGONIAN, A. O Nordeste e o Sudeste na divisão regional do Brasil. Mimeografado, 2008.
- MELÂNIA, M. de M. Regionalização: uma contribuição para uma estratégia de desenvolvimento do Estado de Alagoas. **Economia Política do Desenvolvimento**, Maceió, vol. 4, n. 10, jan-abr 2011.
- MENEZES, D. **O outro nordeste**. R. de Janeiro: Artenova, 1970.
- GOVERNO Federal vai investir 27 bilhões no combate a seca no Nordeste. Disponível em: « <http://www.integracao.gov.br/noticias/>. Acesso aos 24/04/2013.
- RANGEL, I. **Obras reunidas**. Vols. 1 e 2. R. de Janeiro: Contraponto, 2005.
- SANTOS, M. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. **Boletim Paulista de Geografia**, S. Paulo, nº 54, p. 81-99, jun. 1977.
- \_\_\_\_\_. **Técnica espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SINGER, P. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. São Paulo: Ed. Nacional, 1969.
- VIEIRA, L. L. de A. A futura oferta de água pelo canal do sertão alagoano. **Anais do IX Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste**, Salvador/BA, 2008.